

82

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
Processo N.º 13364-000.121/90-11

Sessão de 12 de novembro de 1992

ACORDÃO N.º 202-05.419

Recurso n.º 87.422

Recorrente LONGUINHO BENVINDO COËLHO

Recorrida DRF EM TERESINA - PI

ITR - O lançamento do imposto baseia-se nos dados que o INCRA dispuser, cabendo ao contribuinte a sua atualização até a data do ato constituidor do crédito tributário. Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por LONGUINHO BENVINDO COËLHO.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausentes os Conselheiros OSCAR LUIΣ DE MORAIS e TEREZA CRISTINA GONÇALVES PANTOJA.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1992

HELVIO ESCOVADO BARCELLOS - Presidente e Relator

JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 04 DEZ 1992

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, JOSÉ CABRAL GAROFANO, ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO, ORLANDO ALVES GERTRUDES e SARAH LAFAYETE NOBRE FORMIGA (suplente).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Processo Nº 13364-000.121/90-11

Recurso Nº: 87.422
Acordão Nº: 202-05.419
Recorrente: LONGUINHO BENVINDO COELHO

R E L A T Ó R I O

Conforme aviso de cobrança de fls. 05, LONGUINHO BENVINDO COELHO, proprietário do imóvel cadastrado sob o nº 127078008966-1, com área total de 74,0 ha, foi intimado a recolher o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), referente ao ano de 1990, acrescido de taxa de cadastro e contribuições parafiscal e territorial rural, CNA e CONTAG, no montante de Cr\$ 20.125,86.

Impugnando o feito a fls. 03, o Contribuinte alega, basicamente, que a referida propriedade não tem 70 assalariados e que apenas 44 ha da área total é explorado.

Na Informação Técnica de fls. 03 (verso), o INCRA opina pelo indeferimento do pedido, esclarecendo que a atualização do cadastro deveria ter sido feita antes da emissão do ITR/90, pois, conforme consta do certificado de cadastro do exercício de 1989, o Contribuinte fez a quitação, mesmo sabendo da existência dos assalariados no imóvel.

Em Decisão de fls. 12/13, a Autoridade de Primeira Instância julgou improcedente o pedido, tendo em vista que o Contribuinte não alterou, até a data do lançamento, os dados constantes da última declaração.

Dentro do prazo legal, o Contribuinte apresentou, à guia de recurso, o expediente de fls. 18, onde se limita a dizer:

Processo nº 13364-000.121/90-11
Acórdão nº 202-05.419

84

"O Sr. LONGUINHO BENVINDO COELHO, portador do CIC 109.381.093-91, residente e domiciliado na Fazenda Bu queirão município de Jaicós-PI., vem mui respeitosamente perante a V. Sa., requerer o encaminhamento dos comprovantes de entrega das DPs nº 0941692 e 0941693 anexas, para a Secretaria da Receita Federal em Teresina - PI., com o objetivo de ser anexado ao processo nº. 13364-000.121/90-11."

É o relatório.

segue-

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS

Conforme originariamente relatado pelo INCRA em sua Informação Técnica (fls. 03), o Contribuinte fez a quitação do ITR/89, com perfeito conhecimento das informações constantes do certificado de cadastro, inclusive no que diz respeito ao número de assalariados existentes na propriedade. Tal fato, em última análise, evi~~dencia~~ a veracidade de tais informações.

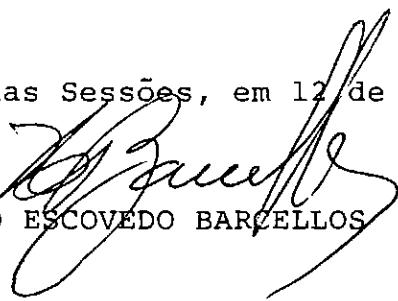
Além disso, caso tenha havido posterior alteração do número de assalariados existentes no imóvel, esta deveria ter sido realizada antes do lançamento do ITR/90, nos termos do § 3º, do art. 19, do Decreto nº 84.685/80.

Assim sendo, nada mais competia à autoridade administrativa fazer, senão efetuar o lançamento com base nos elementos disponíveis, tendo em vista que o Contribuinte não procedeu à alteração cadastral em data apropriada, ou seja, antes do referido lançamento.

Por conseguinte, não há por que se modificar a Decisão Recorrida que bem apreciou a matéria e aplicou a lei.

Nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1992


HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS